

Ministro não emplaca nome para a presidência da ENBPar

Por Alexa Salomão e Pedro Lovisi - Folhapress

Após seguidos vaivéns ao longo do dia, a reunião do conselho de administração da ENBPar, estatal responsável por Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis, foi cancelada na sexta-feira (6). O órgão é alvo de interferência do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que tenta indicar para a presidência um nome ligado ao seu clã político que nunca passou pelo setor elétrico nem nuclear.

Como a Folha de São Paulo mostrou na quinta (5), Silveira atua nos bastidores para driblar a escolha da maioria dos conselheiros por outro nome, o de Armando Casado, atual diretor de Finanças da estatal. A maior parte dos membros do colegiado é indicada por diferentes ministérios, o que demonstra tentativa do ministro de contornar até mesmo seus colegas de governo.

Na semana passada, o presidente da ENBPar, Silas Rondeau, precisou deixar o cargo para assumir uma vaga no conselho de administração da Eletrobras, fruto de acordo entre a ex-estatal e a União. Para seu lugar, o MME (Ministério de Minas e Energia) indicou o atual diretor de gestão de programas de governo da ENBPar, Miguel da Silva Marques.

Na reunião sobre o tema, no en-

Reunião que refendaria decisão sobre estatal responsável por Itaipu e usinas nucleares de Angra é cancelada

tanto, integrantes do conselho escolheram Casado sob argumento de que Marques não tem conhecimento suficiente do setor. Casado, por outro lado, já foi interino em outros momentos de transição, por ser um dos diretores que mais conhecem a empresa.

Após a votação, no entanto, Casado declinou do convite, citando questões pessoais. Conforme a Folha apurou, após as pressões do MME, a possibilidade de desgaste político o levou a recusar o cargo, apesar da insistência do conselho.

A recusa, então, abriu caminho para que o presidente do conselho, Thiago Barral, a pedido de Silveira, usasse da prerrogativa de nomear in-



Alexandre Silveira tenta indicar nome ligado ao seu clã político que nunca passou pelo setor elétrico nem nuclear

terinamente, ad referendum, um dos diretores -e nomeou o mesmo Marques. Barral é secretário de Transição Energética e Planejamento do MME e subordinado ao ministro.

Apesar de já estar atuando como presidente interino, o nome de Marques ainda precisa passar por nova votação do colegiado. Inicialmente, a reunião seria na sexta passada (30), que precisou ser cancelada por falta de quórum. Uma nova reunião aconteceria nesta sexta, mas a resistência dos conselheiros contrários à indicação de Silveira teria feito com que o encontro fosse adiado mais uma vez -a reunião chegou a ser pautada ao longo do dia.

Além disso, Barral está de saída do MME. Conforme adiantado pela

Agência Infra, e confirmado pela Folha, ele deve deixar o atual cargo para integrar a coordenação da COP30. Procurado, o MME não confirmou. É incerto o que motivou a saída dele do ministério e se ele ainda continuará conselheiro da ENBPar.

Miguel da Silva Marques assumiu o posto de diretor da ENBPar em 2023, já no governo Lula -antes disso, ele nunca havia atuado no setor energético. Marques é concunhado do deputado federal mineiro Diego Andrade (PSD), do mesmo partido de Alexandre Silveira. Antes de assumir o posto, ele foi presidente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em 2021, também sob indicação de Andrade, e superintendente da Com-

panhia Brasileira de Trens Urbanos de Belo Horizonte.

Ainda de acordo com pessoas que acompanham o cotidiano da ENBPar, ele é bem próximo de outro indicado de Silveira para a estatal: Leandro Xingó Tenório de Oliveira, conhecido como Xingozinho, que chefia a diretoria de Gestão Corporativa. Ex-ve-reador de Coronel Fabriciano (MG), no reduto político de Silveira, Xingozinho também não tem experiência na área de energia.

Sua nomeação chegou a ser questionada pela CGU (Controladoria-Geral da União), que depois recuou, reconhecendo que ele estava apto para a função. O ministro também já havia tentado nomeá-lo presidente da empresa.

Disputa pela Eletronuclear turbinava setores energético e político

Por Sônia Paes

Divulgação/Eletronuclear



Destino de usinas nucleares nas mãos do governo federal

Um mês após a divulgação da saída de Raul Lycurgo da presidência da Eletronuclear, que opera as usinas nucleares Angra 1, Angra 2 e Angra 3 - esta última com as obras paralisadas, as articulações nos bastidores em torno do nome que irá assumir a estatal estão a cada dia mais tensas.

A temperatura ficou ainda mais elevada, na semana passada, quando o governo federal demitiu Carlos Henrique Seixas, um dos cotados para o cargo. Ele presidia a Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados) e a demissão aconteceu depois que uma foto sua ao lado do ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier, que teria envolvimento no 8/1, circulou no Planalto.

A demissão de Carlos Seixas ocorreu justamente um dia depois que ele participou de uma audiência na Câmara dos Deputados sobre o processo da obra de Angra 3. Ele representou a Nuclep na audiência no dia 27 do maio e no dia 28 foi demitido na reunião do Conselho de Administração da empresa. O diretor industrial da Nuclep, Alexandre Vianna Santana, assumiu a presidência interina e deve acumular os dois cargos até uma decisão final.

A Nuclep é uma estatal brasileira que se dedica à fabricação e comercialização de equipamentos pesados, especialmente para setores estratégicos como nuclear, defesa, óleo e gás, e energia. A função principal da em-

presa é projetar, desenvolver, fabricar e comercializar esses equipamentos, contribuindo para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

Assim como ocorre na presidência da ENBPar (ver reportagem principal desta página), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defende um nome para o comando da Eletronuclear: Sidnei Bispo, atual diretor administrativo da Eletronuclear. No entanto, a indicação de Bispo bate na trave do Stiepar (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis).

Os sindicalistas fizeram uma carta aberta, enviada, inclusive, ao presidente Lula, contestando a eventual nomeação tanto de Bispo quanto de Carlos Seixas, agora com as chances zeradas após a demissão. A mesma carta, divulgada, logo no início de maio, foi endereçada a outros ministros e parlamentares.

O sindicato, com forte poder entre os funcionários conseguiu deflagrar a primeira greve do complexo nuclear, em Angra, durante 20 dias, e argumenta a falta de experiência técnica e habilidade institucional de Bispo para ocupar o cargo.

- (...) Circulam informações de que o atual diretor de administração, Sr. Sidney Bispo, poderia vir a ocupar a presidência da Eletronuclear. Registramos, com veemência, nosso repúdio a essa possibilidade. Embora engenheiro eletrônico, o Sr. Bispo não possui o conhecimento técnico, nem a sensibilidade institucional necessária para conduzir uma empresa de tamanha complexidade e responsabilidade. Seu histórico recente, inclusive, inclui episódios de desrespeito e constrangimento a supervisores técnicos, que se manifestaram, em

carta, sobre riscos operacionais e foram recebidos com ameaças veladas — postura inaceitável em qualquer ambiente democrático e técnico - afirma um trecho da carta.

Na lista de “presenciáveis” consta ainda André Luiz Osório, chefe de gabinete de Lycurgo. Ele carrega em sua bagagem mais de 20 anos no setor elétrico, onde teria mais aceitação, comparado a outros nomes. Osório tem passagens pelo Ministério no Ministério de Minas e Energia. Foi Diretor do Departamento de Informações e Estudos Energéticos e atuou na Empresa de Pesquisa Energética.



Presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, está de malas prontas para deixar estatal